



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Barros, Crisanto

A ascensão dos pobres a posições de elite político-administrativa no contexto do Cabo Verde pós-independente

Ciências Sociais Unisinos, vol. 49, núm. 1, enero-abril, 2013, pp. 54-63

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93826318015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A ascensão dos pobres a posições de elite político-administrativa no contexto do Cabo Verde pós-independente

The rise of the poor to positions of political and administrative elite in the context of post-independent Cape Verde

Crisanto Barros¹
crisanto.barros@docente.unicv.edu.cv

Resumo

A administração do Estado moderno cabo-verdiano, que resulta das profundas mudanças instituídas no decurso da segunda metade do século XIX, é feita, em grande parte, por naturais do arquipélago, cujo recrutamento ocorria predominantemente no seio das famílias mais favorecidas. Essa tendência prevalece ainda ao longo do século XX, conhecendo, entretanto, alguma alteração a partir dos finais do ano sessenta desse século. O presente artigo pretende analisar a ascensão de indivíduos das camadas populares a posição de elite político-administrativa com a institucionalização do Estado nacional a partir de 1975. No escopo deste ensaio, focalizaremos a nossa análise sobre as trajetórias da elite político-administrativa proveniente dos estratos sociais mais desfavorecidos da sociedade cabo-verdiana, procurando compreender as condicionantes históricas e as estratégias individuais e familiares que contribuíram para que sua presença se tornasse mais frequente no decurso do último quartel do século XX.

Palavras-chave: pobres, elites, escolarização.

Abstract

The administration of the modern Cape Verdean State, which results from profound changes instituted during the second half of the nineteenth century, is made largely by natives of the archipelago, whose recruitment was done predominantly within the most favored families. This tendency still prevails throughout the twentieth century, despite having suffered a slight change in the late sixties. This article aims to analyze the rise of grassroots individuals to the political and administrative elite with the institutionalization of the National State from 1975 onwards. In the scope of this essay, we will focus our analysis on the trajectories of the political and administrative elite coming from the most disadvantaged social strata of the Cape Verdean society. Our goal is to understand the historical conditions and individual and family strategies which contributed to make their presence more frequent during the last quarter of the twentieth century.

Key words: poor, elites, schooling.

¹ Sociólogo e docente no Departamento de Ciências Sociais e Humanas (DCSH) da Universidade Pública de Cabo Verde. Praça António Lereño, CP 379 C, Praia, Cabo Verde.

Introdução

Na última década e meia, o processo de formação das elites cabo-verdianas tem sido objecto de produção académica de um número cada vez mais significativo de sociólogos e historiadores. De entre os estudos realizados importa realçar o de Furtado (1997) concernente à classe política fundadora do Estado nacional, de Cabral (2001) a respeito da velha elite terratenente cabo-verdiana emergente no decurso do XVIII, de Anjos (2002) reportando a elite intelectual cabo-verdiana e de Coutinho (2004) sobre a trajectória dos dirigentes do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Entretanto, poucos desses trabalhos examinam, de forma aprofundada, as condições socioeconómicas e políticas que condicionaram a inserção de indivíduos de meios sociais desfavorecidos a altos cargos político-administrativos, bem como as estratégias por eles engenhadas na construção de possibilidades de mobilidade social ascendente. Na verdade, o que se verifica, no mais das vezes, é que a presença dos pobres no seio dessa elite é tematizada como um efeito lateral do processo de reprodução de segmentos da burguesia fundiária e comercial e/ou da classe média urbana emergente em torno da expansão da burocracia estatal.

Assim, a não delimitação da especificidade dos factores que explicam o processo de elitização dos pobres resulta, a nosso ver, das dificuldades de transposição do próprio modelo teórico hegemónico assente na teoria de reprodução social de Bourdieu. No escopo deste ensaio, analisaremos como indivíduos oriundos dos estratos sociais mais desfavorecidos conseguem, em condições históricas específicas e fabricando estratégias diversas, ter acesso a posições de elite político-administrativa.

Neste sentido, pretendemos explorar neste ensaio duas hipóteses. A primeira, reside em considerar que o modelo teórico de reprodução social proposto por Bourdieu (1985, 2008) assente no conceito posição social da qual resulta a apropriação desigual dos capitais económico e cultural dos agentes pode não ser portador de um valor explicativo capaz de possibilitar uma compreensão satisfatória das dinâmicas de transformação ocorridas no seio dos grupos sociais mais desfavorecidos da sociedade cabo-verdiana. A segunda consiste em considerar que as dificuldades de reprodução dos indivíduos oriundos das famílias dos estratos sociais altos e médios da sociedade cabo-verdiana resultam historicamente de sua incapacidade de monopolizarem e de definirem, segundo os seus próprios interesses, as oportunidades de escolarização – uma variável decisiva no processo de elitização. Revisitaremos essas hipóteses exploratórias na parte final deste ensaio após a recuperação de diversas trajectórias de elitização de indivíduos provindos de meios sociais desfavorecidos.

Ao longo deste ensaio, consideramos, para efeitos analíticos, as elites político-administrativas como sendo todos aqueles que desempenham altos cargos no topo da administração do Estado cuja posição confere aos seus ocupantes uma diferenciação quer em termos de rendimento económico quer de

prestígio em relação ao conjunto da sociedade (Chevalier, 1997; Farmer, 1999). Todavia, o cerne das controvérsias sobre as elites não se limita tanto em termos de sua definição (Genieys, 2008; Suleiman, 1979) mas essencialmente em torno dos factores que dinamizam a sua emergência, reprodução e transformação.

Relendo as dinâmicas de reprodução e transformação social das elites

A teoria de Bourdieu sobre a configuração do espaço social, enquanto espaço assimétrico de poder, é largamente utilizada para explicar o processo de reprodução social em resultado da apropriação desigual das diferentes espécies de capital – económico, cultural, simbólico, social, político, informacional pelos agentes sociais. Para esse autor, como sublinha Campenhoudt, as diferentes espécies de capital não têm a mesma importância, o mesmo poder e prestígio. Actualmente, o capital económico é, certamente, decisivo, pela capacidade de mobilizar outras espécies de capital (Campenhoudt, 2007, p. 131). Assim, a preponderância de uma determinada espécie de capital depende das condições específicas vigentes num determinado espaço social e da forma como dela se apropriam os agentes em luta na arena social.

No interior de um determinado espaço social proliferam diferentes campos enquanto “espaços multidimensionais de posições, com hierarquias e regras próprias tal que qualquer posição pode ser definida em função quer do volume global de capital dos agentes, quer pelo peso relativo das diferentes espécies de capital no conjunto de suas posses” (Bourdieu, 2001, p. 135). Assim, a posição dos agentes num determinado campo evolui segundo três dimensões importantes:

dans la première dimension, les agents se distribuent selon le volume global du capital, toutes espèces confondues, qu'ils possèdent; dans deuxième, selon la structure de ce capital, c'est-à-dire selon le poids relatif du capital économique et du capital culturel dans l'ensemble de leur patrimoine; dans la troisième, selon l'évolution dans le temps du volume et de la structure de leur capital (Bourdieu, 1994, p. 32).

Uma das contribuições essenciais da teoria de Bourdieu prende-se com o facto de explicitar como a posse de determinadas espécies de capital condiciona a posição dos agentes no espaço social e, conseqüentemente, a sua trajectória no decurso de gerações. É que a posição social dos agentes no espaço social está indissociavelmente ligada à aquisição de um determinado *habitus*, enquanto “sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como esquemas geradoras de estratégias que podem estar objectivamente em conformidade com os interesses dos seus actores sem ter sido expressamente concebido para o efeito” (Bourdieu, 1980, p. 119-120). O *habitus* torna-se, neste caso, expressão da socialização (interiorização das condições objectivas) a que estão submetidos os agentes sociais em resultado da sua posição social.

Nesse sentido, o *habitus*, como observam Duru-Bellat e Zanten, permite aos agentes "aprenderem a antecipar seu futuro conforme sua experiência do presente e, então, a não desejar o que, no seu grupo, aparece como eminentemente pouco provável (Duru-Bellat e Zanten, 1999, p. 75). Em geral, as teorias de reprodução enfatizam a correlação entre a origem social e a trajetória escolar dos indivíduos (Bourdieu e Passeron, 1985; Baudelot e Establet, 1986) obliterando a importância da singularidade, como o fazem Dubet (1995) e Charlot (2002, 1992).

Bourdieu, todavia, intenta uma resposta a esse respeito através do conceito de *habitus*, mostrando como as práticas aparentemente individuais, livres, produzem efeitos que transparecem nos estudos estatísticos. É que, para Bourdieu, segundo Charlot, "les pratiques individuelles portent la marque de l'origine sociale en tant qu'elles sont organisées par un habitus qui est lui-même structuré par les conditions sociales d'existence" (Bourdieu in Charlot, 1992, p. 121). Entretanto, como adverte Barthez, o *habitus* é um termo explicativo sob a condição de que ele mesmo seja explicado (Barthez in Charlot, 1992, p. 121).

Os aportes teóricos de Bourdieu e Passeron a respeito do processo de reprodução social através da educação conheceram uma larga utilização na Europa e, especialmente, nos países subdesenvolvidos onde as desigualdades sociais, em razão das fragilidades do Estado social, ganharam enormes proporções. Suas contribuições, ainda que tenham revelado profundas desigualdades de oportunidades de aquisição de capital escolar resultantes do processo de reprodução cultural vigente no sistema educativo francês, são insatisfatórias para explicar como os próprios agentes, no decurso da sua trajetória social, conseguem romper com as amarras vinculadas à sua posição no espaço social.

De acordo com Dubar (2000, p. 80), a abordagem de Bourdieu dá conta "de uma forma de socialização que permanece sem dúvida maioritária – a de reprodução de posições relativas e as disposições ligadas a essas posições". Ela permite explicar a reprodução da ordem social, mas responde mal à produção de mudanças.

Para o Charlot, Bourdieu, sob certos aspectos, filia-se na mesma tradição que Durkheim ao construir uma sociologia assente num sujeito aprisionado. Assim, o agente social de que fala Bourdieu não é um indivíduo autônomo, consciente de suas motivações, cuja consciência intencional visa fins explícitos. Na verdade, Bourdieu, ao criticar o sujeito da filosofia clássica, livre e racional, envolve-se na redoma de apresentar uma saída epistemológica que implica uma quase anulação do sujeito. Com efeito, o sujeito bourdieusiano é um ser social, entretanto, refém dos mecanismos de socialização a que está submetido (Charlot, 1992, p. 37).

Em suma, a teoria de reprodução de que Bourdieu é um dos melhores expoentes não consegue explicar os casos marginais. Por exemplo, como é que uma parcela das crianças das famílias desfavorecidas alcança sucesso nas escolas e uma fracção das camadas favorecidas não a obtém (Charlot, 1992, p. 20). Para Charlot, a abordagem de Bourdieu comporta em si várias limitações. Primeiro, o facto de decalcar a posição social das famílias

das categorias socioprofissionais gera alguma imprecisão. Como demonstra Laurens, "la position sociale des grands-parents pouvait avoir un effet sur la position scolaire des enfants, notamment en cas de contre-mobilité (le fils rejoint une position qui était celle du grand-père et avait perdue par le père" (Laurens in Charlot, 2005, p.22).

A segunda limitação prende-se com o facto de a homologia ser uma relação matemática e não um princípio de efectividade. O problema reside em como se processa a reprodução, pois a posição de uma criança não é uma herança que passaria de uma geração à outra pela vontade testamentária, ela se produz por um conjunto de práticas familiares. O sucesso escolar não é apenas uma questão de capital, mas de trabalho, mais precisamente de actividades, de práticas. Ademais, a prática religiosa e o militantismo podem, em contextos específicos, ter um efeito sobre o desempenho escolar das crianças (Charlot, 2005, p. 22-23).

Na mesma senda de Charlot, Dubet pretende escapar ao determinismo social inerente a uma abordagem sistémica da sociedade na qual o indivíduo subsume-se, através da socialização, aos imperativos do mundo social. A sua sociologia da experiência social enfatiza a experiência como uma combinação de lógicas de acção, lógicas essas que ligam o actor a cada uma das dimensões de um sistema social, obrigando-o a engendrar estratégias diversas. Segundo o autor, a experiência não tem nenhum sentido e utilidade se a acção não for redutível à versão subjectiva do sistema, se o actor não for totalmente socializado. Com efeito, existe, na experiência social, alguma coisa de inalcançável e de opaco, uma vez que não há uma adequação absoluta da subjectividade do actor e a objectividade do sistema (Dubet, 1995).

As contribuições de Dubet e Charlot não invalidam de todo o alcance da proposta "bourdieusiana" de reprodução social, mas tão-somente apontam que entre o processo de produção e reprodução dos indivíduos e famílias existe um campo de possibilidades a partir do qual aquelas engendam estratégias diversas na construção de sua trajetória de vida. Todavia, antes de nos debruçarmos especificamente sobre as dinâmicas macro-estruturais e as estratégias individuais e familiares que permitem os pobres ascenderem a posições de elite convém traçar, de forma resumida, a evolução do perfil social da elite político-administrativa que resulta da modernização de Cabo Verde a partir da segunda metade do século XIX.

Breve excursão sobre a evolução do perfil social da elite político-administrativa cabo-verdiana

A invenção de um Cabo Verde moderno, ao longo do conturbado século XIX, marca de vez uma nova dinâmica em termos do perfil social das novas elites. Uma das características dessa elite reside no facto de a aquisição do capital cultural exigida para o acesso à administração do Estado depender, quase exclusivamente, das condições de reprodução das famílias. Estas,

detentoras do capital fundiário que lhes garantiam o monopólio sobre os cargos político-administrativos, devido ao sistema censitário vigente, tinham, no seu modo de reprodução familiar e nas suas redes sociais, uma estratégia de controlo dos principais cargos públicos. Esse era o modelo sobre o qual se assentava a reprodução das importantes famílias locais que, sendo detentoras dos principais recursos económicos e políticos, faziam da auto-reprodução familiar um marco decisivo no processo de acesso aos cargos na administração.

Como reporta Charle (1987), no seu estudo sobre a elite francesa no século XIX, o modelo de reprodução dos notáveis, assente na posse assaz desigual de capitais económico, político e social, enfraqueceu-se à medida que a posse do capital escolar deixou de ser um exclusivo da própria família. Em outros termos, isso quer dizer que a posse do capital escolar por ser individual, ainda que condicionada por recursos familiares, não assegura, *a priori*, por si só a reprodução de índole colectiva que a família garantia a todos os seus membros. É esse contínuo processo de deslizamento no processo de reprodução familiar com o surto da escolarização – criado por factores exógenos à determinação familiar – que debruçaremos um olhar mais incisivo no decurso deste ensaio.

Assim, se é evidente que, numa primeira fase, são os descendentes das grandes famílias cabo-verdianas que se apropriam em larga medida das novas centralidades que surgem com a gradativa expansão do Estado e da escolarização, não se deve descurar, entretanto, que essas vias de mobilidade tornam-se vitais para a sobrevivência de uma pequena burguesia (classe média) em crescendo desde finais do século XIX. Essa pequena burguesia urbana e rural que emerge dominantemente nas ilhas do Norte, de povoamento mais tardio, constitui a primeira etapa do alargamento da base social de onde são recrutados os indivíduos que integram a elite administrativa cabo-verdiana. A par dos estratos mais favorecidos da sociedade cabo-verdiana, essa pequena burguesia se beneficia das melhores oportunidades de instrução em resultado do acesso privilegiado à escolarização².

Os novos ventos que sopram no arquipélago com o advento da República, em 1910, traduzem-se na introdução de um conjunto de reformas económicas, políticas e culturais visualizado pela elite local como uma nova esperança para a redenção da colónia, entretanto, enleada em dificuldades socioeconómicas de monta. De entre as várias reformas preconizadas em diversos sectores, a que incidiu sobre a educação é a que maior impacto teve no arquipélago. Fala-se aqui da edificação do primeiro liceu laico em Cabo Verde em 1917.

Sopesando os boletins de matrícula dos estudantes no liceu Gil Eanes, único liceu vigente no arquipélago, nas três primeiras décadas subsequentes à sua institucionalização, nota-se que a maioria desses estudantes provém de estratos sociais

médio/alto da sociedade cabo-verdiana, com realce para funcionários públicos, comerciantes, proprietários de terra e profissionais liberais (Barros, 2012).

A partir dos anos 50, o Governo colonial giza uma nova ideologia de integração e põe em marcha um conjunto de políticas para as suas possessões, com o propósito de distender os efeitos das pressões internacionais pela descolonização que sobre ele recaía, quer por parte das Nações Unidas, quer dos movimentos de luta de libertação nacional. Nesse ínterim, em 1951, a Constituição Portuguesa foi alterada, tendo sido retomada a designação de Província, procurando esfumar no tempo o sentido colonial da dominação até então vigente, entretanto, outrora reivindicado como legítima (Cf. Andrade, 1996; Alexandre, 2008).

Se é verdade que se verifica, a partir do segundo quartel do século XX, uma significativa expansão e diversificação das estruturas da administração do Estado provincial, afigura-se-nos que não é factível que o perfil social da elite político-administrativa se tenha alterado substancialmente devido à acentuada selectividade do acesso ao sistema de ensino secundário e superior.

Essa tendência sofre algumas alterações a partir dos anos 60 em resultado dos efeitos integrados do reposicionamento da Igreja, da repolitização do Estado tardo-colonial e dos efeitos da emigração. Entrementes, é com a transformação do Estado provincial em Estado nacional, em 1975, que as grandes transformações políticas, socioeconómicas e culturais consolidam de vez essa tendência de alargamento da base social de recrutamento da nova elite. Essas mudanças contribuem decisivamente para que a presença de indivíduos de origem social mais humilde não se tornasse um epifenómeno, como o fora desde o século XIX e durante largas décadas do século XX. A recuperação de algumas trajetórias dos indivíduos de origem popular que ascenderam a altos cargos da administração comporta elementos importantes para se reavaliar as especificidades do processo de formação da elite política administrativa cabo-verdiana.

Recuperando trajetórias de indivíduos pobres que ascenderam a posições de elite político-administrativa

As diversas pertenças familiares representam um dos traços típicos que caracterizam o grupo que veio a integrar a elite político-administrativa cabo-verdiana. As diversas formas de organização da família cabo-verdiana comportam um processo intrincado de vínculos e de identificações que não se limitam à descendência directa das figuras paterna e materna. Em geral, o núcleo familiar gira em torno da figura materna e da sua rede de parentesco que a auxilia no processo de "criação", quer dizer, no sustento e educação dos

² Os dados coligidos sobre a frequência escolar em Cabo Verde no final do século XIX apontam que as ilhas de Santo Antão, São Nicolau e São Vicente, que representavam pouco mais de 40% da população do arquipélago, absorviam praticamente 65% dos inscritos no sistema escolar cabo-verdiano (Barros, 2012).

filhos. Assim, nascer no seio de uma família não implica, necessariamente, ser educado por essa família. Na verdade, o processo de educação comporta uma teia intrincada de relações de parentesco que muitas vezes pode inserir um indivíduo numa posição social que não se reporta àquela dos seus progenitores.

Vejamos o relato de um entrevistado proveniente de uma família campestre do interior de Santiago:

[...] Nasci numa família de sete irmãos do lado materno e perdi a conta do lado paterno. Se não me engano mais de vinte e tal irmãos. Do lado materno, somos 7 irmãos, dois rapazes e cinco meninas. Eu fui criado pelo meu tio. A minha mãe não podia criar a todos. E o meu tio ofereceu-se para me criar. [...] Ele era solteiro e, por isso, tratava-me como um príncipe. Ele podia não ter muita coisa. Eu lembro-me, por exemplo, nós tínhamos parentes no estrangeiro, mandavam-nos calças, camisas, sapatos, e ele dava-me tudo [...] (Entrevistado 1).

O facto de ter sido criado por um tio solteiro oferecia-lhe oportunidades diferenciadas em relação aos demais irmãos. Essa primeira diferenciação demonstra à partida um processo de segmentação "intrafamiliar" com implicações no processo de apropriação de recursos económicos e culturais que podem condicionar a forma como cada um dos membros constrói a sua identidade familiar. Mas é a sua rede familiar que lhe permite ingressar no ensino secundário na capital. Diz ele:

[...] Depois de concluir o ciclo em Assomada, vim estudar na Praia. [...] Aqui eu residia, inicialmente, com o marido da minha prima e, depois, com a minha irmã na Achadinha. Para o meu sustento na Praia, não só a família da minha prima me ajudava, mas também vinha muita coisa do interior. [...] O meu tio fazia questão de mandar, semanalmente, galinhas, feijão, tudo que o se produzia no interior" [...] (Entrevistado 2).

O acesso ao ensino secundário torna-se facilitado pelo acolhimento em casa de parentes que garantiam condições de sustento, com a ajuda dos "mantimentos" que provinham da produção agrícola familiar no campo. Mas a vida na cidade comportava os seus custos, pois o novo ambiente gerava outras necessidades de consumo. Assim, relata-nos o seguinte:

[...] Eu fiz o 7º ano como aluno externo. Isto porque estando na Praia naquele ambiente, comecei a sentir algumas necessidades que os meus pais já não podiam dar. Por isso, fui admitido e trabalhei por uns tempos na alfândega. [...] Depois, terminei o 7º ano, candidatei-me para uma bolsa de estudos. Não me deram a bolsa de estudos para o curso a que me candidatei. [...] Cheguei lá, na embaixada em Portugal, com o apoio de um diplomata, que era amigo do meu tio, um militante do partido então no poder, consegui mudar de curso e fazer a formação a que me propus inicialmente [...] (Entrevistado 3).

A mobilidade espacial do interior para o espaço urbano insere o entrevistado num novo ambiente. O emprego numa das instituições importantes da administração catapultou-o para um novo patamar, dando-lhe capacidade de reconstrução identitária e de sua própria trajectória escolar. A atribuição de bolsas de estudo do Governo e as redes de relações sociais de amizade do seu tio viabilizam a sua inscrição no curso de direito, cuja diplomação, garante a ocupação de cargos na magistratura judicial. A concessão de bolsas de estudo para a formação superior no exterior pelo Governo³ faz dele um dos elementos do grupo selecto de cabo-verdianos com oportunidades de obtenção de formação superior e, portanto, nessa altura, início dos anos 80, com fortes probabilidades de se credenciar para outros voos.

Outras vezes, a inserção nas redes religiosas abriam novas oportunidades de escolarização. Observemos alguns relatos que, em tempos distintos, retratam as redes sociais enquanto pontes que interligavam esses estudantes às oportunidades abertas na capital do arquipélago.

[...] Sou de uma família humilde. Meus pais eram camponeses analfabetos. Vivíamos do que plantávamos. [...] Somos oito irmãos, sete rapazes e uma menina. Alguns eram analfabetos, outros fizeram até o primário. Só a minha irmã, a mais nova fez até o 5º Ano, mas isso já é outros tempos. [...] Fiz os exames de admissão em 1965, tinha 14 anos. Foi um grande choque o contacto com essa nova realidade. Fui reprovado no exame de admissão no oral. Fiquei alguns anos sem estudar, mas depois por influência de um familiar matriculei-me na escola agrícola em São Jorge. [...] Depois, por considerar que o ambiente que se vivia em São Jorge em alguns aspectos era contrária ao que aprendia na acção católica, o padre aconselhou-me continuar os estudos na Praia, como seminarista da congregação e fiz o 1º ano do liceu na escola de explicação do Sr. Tonas. [...] Depois concluí o 5º ano como aluno externo e segui para Portugal onde completei o 7º ano. Em Portugal, por razões diversas abandonei a formação sacerdotal e prossegui a formação numa outra área [...] (Entrevistado 4).

Para os estudantes de famílias desfavorecidas do interior da ilha de Santiago, a passagem do ensino primário para o secundário implicava trilhar sinuosos caminhos cujo desenlace era, muitas vezes, incerto. A reprovação frequente no seio desses estudantes constituía um factor de desalento que tornava a conclusão do ciclo de escolarização cada vez mais distante dos seus horizontes. A retomada dos estudos, como denota a narrativa, opera-se pela influência de um familiar que o incentiva a encaminhar-se para uma formação profissional. Outrossim, por ser fiel devoto de uma associação religiosa local insere-se na extensa rede de apoio da igreja para prosseguir os estudos na Praia.

Um dos nossos entrevistados narra-nos a sua vinda ao Seminário São José, instituição inaugurada em 1957 e que se destinava à formação de jovens vocacionados para a actividade clerical.

³ Com a independência nacional, em 1975, o Estado de Cabo Verde põe em marcha um vasto programa de concessão de bolsas de estudos aos diplomados do ensino secundário, visando a realização de estudos médios e superiores no estrangeiro. Essa estratégia de formação de quadros visava melhorar o desempenho do Estado em expansão acelerada e a braços com enormes demandas sociais.

[...] Bom, eu nasci numa família de gente com pouco escolaridade. A minha mãe era letrada, o meu pai tinha terceira classe, o que na altura se dizia primeiro grau, mas tinha um pai que tinha uma vontade enorme de conhecimento. Mas não havia fonte onde beber. Você já sabe é preciso ter fonte para beber. Se você não tiver fonte a coisa não vai. É preciso haver água para beber. A única água que o meu pai tinha era a Igreja [...]. O meu pai nunca teve a coragem de me aliciar a ir para seminário, embora ele sempre queria que o filho fosse padre. Ele não queria colocar-me no seminário porque na altura, ainda, quer dizer havia aquela mentalidade de que o padre era branco. Ele começou a tratar dos papéis para pôr-me na escola de regente agrícola nos Órgãos. [...] Então, comecei a tratar do problema para entrar no seminário. Como já lhe disse, o padre era uma referência importante na altura. E eu fui falar com o padre Louis Allaz e disse-lhe que queria ser padre. E era fácil, porque o meu pai era muito religioso, então, vinha de uma família muito religiosa portanto, ele nem sequer duvidou. Então nós começamos a preparar os papéis, a fazer os preparativos, mas sem dizer a minha mãe e o meu pai. [...] No dia em que eu disse ao meu pai, nós estávamos na horta dele, estávamos a tirar palhas para animal, então eu disse-lhe que iria para o seminário. O meu pai ficou tão contente, que deu um salto de um rego para o outro, quebrou uma coisa de cana e disse: "Deus já ouviu a minha oração [...]" (Entrevistado 5).

Nessa narrativa, o entrevistado remete-nos para o seu ambiente cultural, que se resumia à vivência religiosa da sua família. O mundo cultural a que reporta para reconstrução do seu imaginário era dominado por uma cosmovisão religiosa católica, que tinha na figura paterna um devoto e exímio difusor em casa. O capital cultural se edifica em torno dos ensinamentos litúrgicos e o padre emerge, nesse contexto, como o principal agenciador de suas referências culturais. As vias de acesso à escolarização dependiam de dois factores importantes: as redes de afinidades familiares e as religiosas de educação e formação que, à época, resumiam-se à congregação dos espiritanos e ao Seminário de São José.

Noutros casos, as instituições filantrópicas transformavam-se em autênticas famílias de crianças de meios sociais desfavorecidos, a quem eram disponibilizados espaços de acolhimento e educação no quadro da acção social da Igreja e, excepcionalmente, do Estado. O trecho infra versa o relato de um interno de uma instituição em São Vicente.

[...] Sou de uma família muito humilde. Fiz os meus estudos primários em Santo Antão e depois fui para São Vicente. As condições de vida em São Vicente não eram fáceis. Fui admitido num albergue, aldeia juvenil. Como interno, passei lá toda minha adolescência e fiz os estudos no liceu... Onde fiz as minhas amizades [...]" (Entrevistado 6).

A vulnerabilidade da família coloca a sua prole submetida a muitas vicissitudes e a situações de construção de pertenças variadas e complexas. Quando nos referimos às famílias cabo-verdianas sem esmiuçar o microcosmo familiar, as formas de pertencimento que engendram nos seus membros, não conseguiremos captar a complexidade da trajectória de cada indivíduo.

Nos espaços urbanos, algumas vezes, é a mobilidade espacial de famílias pobres para localidades onde residiam grupos sociais mais favorecidos que permitia a inserção em novas redes sociais e a reconstrução da trajectória de escolarização. Vejamos o que nos conta uma estudante:

[...] Eu nasci na cidade da Praia (num bairro da periferia da capital) e aos 5 anos, mudamos para o Platô (parte central da cidade). Sou a filha mais nova, num grupo de oito irmãos. Os meus pais eram analfabetos. Eu venho de uma família muito humilde, o meu pai era chefe dos cozinheiros do palácio. Eu era a mais nova e tive sorte porque os meus irmãos trabalhavam e já contribuíam um pouco em casa (Entrevistada 7).

No seio dessas famílias mais pobres, os filhos posicionados no fim de linha de descendência familiar obtêm alguma vantagem em termos de escolarização, uma vez que se beneficiam da recomposição do rendimento familiar em resultado da inserção na vida profissional dos irmãos mais velhos. A maioria dos dirigentes oriundos desses estratos posiciona-se do meio para o fim da linha da descendência e, geralmente, figura entre os mais escolarizados. Esse fenómeno abrangia também parte das famílias dos estratos médio e médio-baixo urbanos quando se tratava de enveredar pela formação superior no exterior.

O processo de mobilidade espacial – mudança do bairro onde residia para o Platô – coloca essa estudante no seio de uma rede social de que fazem parte funcionários públicos, comerciantes, proprietários, profissionais liberais. No seio dessa rede, a referida estudante pôde se beneficiar de recursos até então proibitivos para a sua situação familiar. Diz ela:

[...] A minha trajectória de formação deve-se, sobretudo, a duas professoras que tiveram impacto fundamental na minha vida. Uma, a esposa do Reitor do Liceu, antes de terminarmos a 4ª classe ofereceu-se para nos dar aulas grátis, tendo em vista a preparação para o exame de admissão. [...] Então essa professora disse-me que se quiséssemos íamos aos sábados e ela dava uma 4ª classe reforçada para recuperar para exame. Eu, como os outros, também fui. Na altura, era preciso fazer inscrições para o exame, tirar bilhete de identidade e os demais documentos. O meu pai disse-me que não ia investir naquilo porque era um exame muito difícil. Uma prima minha, com 14 anos, tinha tentado quatro vezes não conseguira e, por isso, eu não ia conseguir. [...] Então, disse isso à professora e ela mesma falou com o papai. Ela mesma é quem foi tratar dos documentos e fui fazer o exame de admissão, tendo sido aprovada. Depois, ela conseguiu-me a isenção de propinas e, seguidamente, ofereceu-me os livros da filha que tinha concluído o segundo ano. Assim com propinas pagas e materiais garantidos então consegui fazer o segundo ano. A segunda professora é a Dra. "Louise Blanqui" que também me ofereceu livros da filha [...]" (Entrevistada 8).

O término do ensino primário ocorre com relativa facilidade, pois o problema de acesso não se colocava nesse nível. No entanto, estando o liceu mesmo perto de sua casa, requeria, todavia, outras condições materiais e simbólicas. Desde logo, os

custos burocráticos com a matrícula e a experiência negativa da sobrinha impeliu o pai que, vivendo sob o *stress* da sobrevivência, tinha uma baixa expectativa em relação à perspectiva de escolarização da filha. Soma-se a isto tudo, o preconceito, de resto comum em relação às mulheres de quem se esperava uma saída precoce do sistema de ensino e a consequente inserção no mercado de trabalho.

Contudo, o liceu não é apenas um lugar onde as pessoas seguem para a realização dos seus estudos, ele emerge também como um espaço de contacto, de interacção entre semelhantes e dissemelhantes (Dubet, 1995). Da interacção com duas professoras, uma, esposa do reitor, e a outra, uma professora helvética, surgem nesgas de oportunidades que são aproveitadas por quem nelas revê ensejo de mudança, de reconstrução de sua trajectória de vida.

Finalmente, uma outra via que possibilitou o acesso de jovens de meios populares a postos de elite resulta da militância político-partidária. De referir que uma parcela importante de jovens oriundos de famílias pobres que aderiram à causa da consolidação do partido como força dominante na sociedade cabo-verdiana não detinha um elevado nível escolar, o que levou a cúpula do Partido Africano para a independência de Cabo Verde (PAICV) a tomar medidas conducentes à elevação da sua formação escolar – preparação técnica como se dizia no jargão partidário – mediante a criação de cursos de superação. Com efeito, muitos jovens passam a frequentar os cursos de superação e, posteriormente, a formação secundária e, na sequência desta, os estudos superiores através do Instituto Amílcar Cabral (IAC), criado, em 1985, em parceria com as instituições de formação superior de Cuba. De entre esses militantes, uma franja importante veio a ocupar postos de relevo na burocracia intra-partidária e da Administração Pública.⁴

Pistas conclusivas

As oportunidades de jovens de estratos sociais desfavorecidos acederem a postos de elite resultam em grande parte de profundas transformações macroestruturais ocorridas a partir dos anos 50 com o reposicionamento da Igreja, do Estado provincial e nacional e do impacto da remessa da emigração que ampliam as chances de mobilidade social ascendente de jovens oriundos de estratos sociais populares. Assim, o que importa explicar é de que maneira e por que vias uma parcela importante (22%) da elite político-administrativa cabo-verdiana provém desses segmentos mais desfavorecidos.

Em primeiro lugar, há uma certa tendência, na literatura nacional, em delimitar a edificação do Estado nacional independente, em 1975, como divisa única e decisiva no processo de alargamento das oportunidades sociais, nomeadamente a de educação, às camadas mais pobres da sociedade cabo-verdiana. Essa demarcação, como o demonstra Correia e Silva (2001, p. 33) não é de todo sustentável empiricamente. O Estado tardo-colonial que antecede o nacional configura-se embrionariamente como instituição assistencial, implementando dispositivos de regulação social, aperfeiçoando condições de sobrevivência da população maioritariamente pobre e, historicamente, exposta às vicissitudes de uma agricultura de subsistência. Eis por que, a partir dos anos 60, a severidade das secas não se traduziu em alguma mortandade relevante (Lopes, 1996, p. 57-58).

Ademais, os relatórios de execução dos planos referem-se bastas vezes que as dotações sofriam acréscimos motivados "pela necessidade de absorção de mão-de-obra disponível – em consequência da crise resultante de insuficientes colheitas agrícolas, devido às secas" (Cf. Relatórios dos Planos de Fomento, 1965, 1967). Assim, os planos de fomento constituíam-se, de alguma forma, almofadas que descomprimam os desequilíbrios sociais resultantes das secas prolongadas, tendo cada vez maior impacto com a emigração massiva da população rural, especialmente para a Europa a partir da década de 50.

Em segundo lugar, se é crível que as acções do Estado tardo-colonial em matéria de educação contribuíram para a expansão da escolaridade primária e secundária nas décadas de 60 e 70, não é de todo consistente, do ponto de vista empírico, que essa expansão se deva exclusivamente às suas políticas. Na verdade, as acções empreendidas pelas lideranças de algumas congregações religiosas católicas, nas décadas de 50 e 60, nomeadamente os Espiritanos, em Santiago, os Salesianos, em São Vicente, e os Capuchinhos, no Fogo, na Brava e em S. Nicolau, e das organizações adventistas e nazarenas, antecedem, pelo menos, uma década às acções educativas mais vigorosas do Estado tardo-colonial.

Em Santiago, especialmente no seu interior, onde residia a maioria da população, foi a criação das escolas paroquiais, sob a liderança especialmente dos padres estrangeiros, que permitiu uma franja importante do campesinato o acesso às primeiras letras e, acima de tudo, a visualizar a escolarização como uma via possível de mobilidade social ascendente.

Nas ilhas de Fogo e da Brava são os capuchinhos, designadamente o padre Camilo Torassa, de cuja acção vigorosa resultou a emblemática Escola Materna de São Francisco de Assis em São

⁴ De entre esses jovens militantes que frequentaram a escola do PAICV alguns ocuparam postos de cúpula, nomeadamente o de ministro, secretário-geral de Educação, director geral. Entretanto, em Cabo Verde, raros são os estudos que focalizam a sua análise sobre o papel dos partidos de massa, designadamente o PAIGC/CV e o MpD (Movimento para a Democracia), no processo de mobilidade social. A investigação realizada por Coutinho sobre a trajectória dos dirigentes do PAIGC aponta para uma presença significativa dos indivíduos provenientes das camadas alta e média, entretanto, decadentes da sociedade cabo-verdiana (Coutinho, 2004, p. 137). Furtado (1997, p. 167), ao abordar a génese e a reprodução da classe dirigente cabo-verdiana, adverte que a nova vaga de militantes e dirigentes do Movimento para a Democracia, é repescada em parte no interior da Administração Pública, onde já se fazia sentir uma presença importante de jovens provenientes dos estratos médio e populares da sociedade cabo-verdiana.

Filipe, que criaram condições para que a população periférica a essa vila frequentasse a escolaridade básica (Barros, 2012).

Em São Vicente, onde a concentração urbana é mais intensiva e os efeitos da dispersão menos significativos, a expansão do ensino primário aos pobres se deve aos esforços combinados da acção social do Estado e igreja, lê-se da congregação dos salesianos através da criação do lar de estudantes e da escola de ensino primário e de ofícios. Assim, o aumento exponencial das matrículas no ensino primário nas décadas de 60 e 70 do século XX é tributário das acções do Estado e das iniciativas desenvolvidas por instituições religiosas, estas a justo título, impulsionadoras do primeiro ciclo de alargamento das oportunidades de escolarização às populações mais pobres da sociedade cabo-verdiana.

A hipótese formulada por Correia e Silva (2001) segundo a qual Estado tardo-colonial constitui uma divisa para o alargamento das oportunidades de escolarização primária em Cabo Verde só pode ser endossada à condição de se considerar o impacto das acções educativas e sociais empreendidas pelos padres e pelas congregações religiosas. Estes acreditavam que suas acções no terreno podiam contribuir para mudar o curso de vida de muitas pessoas abandonadas à miséria e à incerteza. Portanto, para franjas das camadas populares, as primeiras vias de elitização preludiam com o alargamento do ensino primário e não apenas com a expansão do ensino secundário e superior, contrariamente ao que se supõe. Para as franjas dos estratos médio e alto dos centros urbanos, a escolarização primária é já um dado adquirido desde a segunda metade do século XIX, estando estes em relação àqueles, no mínimo, a uma centúria de distância.

Em relação ao ensino secundário, o ponto de inflexão para a alteração gradual do perfil social dos estudantes nos liceus do Mindelo e na Praia, resulta da combinação de vários factores, a partir dos finais dos anos 50, com impacto diferenciado em função dos estratos sociais a que pertencem e das estratégias familiares e individuais por eles postas em marcha para o efeito. Para os estudantes oriundos dos estratos mais baixos do interior de Santiago, as vias de escolarização secundária ampliam-se com a edificação do seminário São José, na Praia, com a construção do albergue e lar estudantil dos salesianos no Mindelo, transformando-se em autênticas pontes de acesso aos estabelecimentos de ensino liceal.

Para os estudantes oriundos das famílias mais desfavorecidas, os seus recursos esgotavam-se na escolarização primária, requerendo o acesso ao ensino secundário a mobilização de novos recursos e a adopção de estratégias múltiplas. As suas redes sociais reduziam-se, por um lado, aos seus familiares e parentes (tios, primos, padrinhos, etc) que, residindo nos espaços urbanos, minoravam os custos de acesso à escolarização secundária; por outro, à inserção em redes religiosas às quais tinham acesso através do contacto privilegiado com o pároco local e com as

congregações religiosas que podiam conectá-los com as redes mais selectivas existentes nos centros urbanos.

Importa realçar ainda que, se a existência, durante largas décadas, de apenas duas escolas secundárias nos dois maiores centros urbanos (Mindelo e Praia) constituía um factor de exclusão social, não é menos verdade que o acesso a essas escolas permitia um contacto de estudantes provenientes dos mais diversos estratos sociais. Assim, o sistema de ensino excludente em termos de acesso incluía, paradoxalmente, os estudantes mais desfavorecidos em novas de redes de sociabilidade⁵, a que estavam desconectadas nos seus locais de origem. Nesse sentido, o acesso à escola secundária por ser um espaço de interacção interclassista propiciava a inserção dos pobres em novas redes sociais, com implicação no acesso a recursos pedagógicos (livros, dicionários, etc) e no processo de aprendizagem. Ademais, favorecia a aquisição de um capital social com efeitos importantes no acesso a oportunidades de emprego.

Além desses espaços institucionais, convém destacar o papel de relevo desempenhado pela extensa rede familiar e de parentesco que facilitava o acolhimento dos estudantes das franjas pobres nos centros urbanos que adquire, entretanto, maior consistência devido aos efeitos dos rendimentos advinentes da emigração. A remessa de divisas e bens por parte dos emigrantes aumentam a estabilização do rendimento das famílias mais pobres, amiúde, mais expostas às vulnerabilidades da produção agrícola e do emprego sazonal nas frentes de trabalho criadas pelo Estado, melhorando as condições de custeio da escolarização que não se resumiam aos custos das propinas escolares. Em suma, o alargamento das oportunidades de escolaridade secundária consolida-se e amplia-se devido às acções da igreja, das redes familiares, dos efeitos da remessa de emigração e do estado social tardo-colonial.

Em terceiro lugar, com a estruturação do Estado nacional, o ensino superior, a um tempo estreito corredor por onde passavam predominantemente os estudantes originários das camadas sociais mais avantajadas, torna-se uma avenida possível e previsível por onde os diplomados do ensino secundário dos estratos médio e baixo podiam dar vazão à sua ambição. O programa de atribuição de bolsas de estudo a fundo perdido representou um mecanismo determinante de escolarização superior das famílias desfavorecidas, outrora, praticamente, excluídas desse nível de ensino, e alarga as oportunidades de formação às camadas médias urbana e rural, também elas dependentes do apoio estatal. De entre os altos dirigentes da administração pública, 3 em cada 4 se beneficiaram desse dispositivo de financiamento (Barros, 2012, p.163).

Os efeitos desse programa de formação superior no exterior edificado pelo Estado nacional não se limitam apenas à obtenção do capital escolar dos diplomados. Outrossim, potencia

⁵ Em França, onde o acesso à escola pública obrigatória é um direito que remonta ao século XIX, a segregação espacial das classes sociais impede que a escola seja um espaço de interacção interclassista, com consequências evidentes na inserção dos pobres nas redes sociais mais favorecidas e, portanto, na apropriação do capital social (Cf. Pinçon e Pinçon-Charlot, 2002, p. 12).

um relevante capital social àqueles que historicamente estiveram desconectados das redes sociais mais privilegiadas vigentes nos espaços urbanos, cumprindo essa dupla função com implicações importantes na definição da trajetória profissional desses estudantes.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que a ascensão de indivíduos oriundos de famílias populares a posições de elite político-administrativa no Cabo Verde pós-independência é largamente tributária do papel desempenhado pelas congregações religiosas a partir dos anos 50 do século XX, da refundação do papel do Estado tardo-colonial, da edificação de um amplo programa social do Estado Nacional e dos efeitos das remessas dos emigrantes na melhoria dos rendimentos das famílias.

Entrementes, não são certamente apenas estas mudanças macroestruturais que impulsionaram um processo de mobilidade social ascendente de indivíduos de meios sociais desfavorecidos. É preciso ter em conta que essa mobilidade se deve também às dificuldades de reprodução dos estratos sociais médio e alto da sociedade cabo-verdiana eles próprios dependentes dessas alterações macroestruturais gizadas pelo Estado e pela Igreja.

Assim, quando nos referimos à reprodução escolar, quais são as variáveis que estão em jogo nesse processo? Um dos aspectos evidentes no processo da reprodução escolar, no caso cabo-verdiano, é que ela resulta da repartição histórica desigual das oportunidades de acesso à escolarização dos diferentes estratos sociais, que se estrutura com a edificação do sistema de ensino primário e secundário no decurso do segundo quartel do século XIX. Assim, a maioria da população estava ausente do espaço escolar em razão da deficiente rede de ensino e dos poucos recursos económicos e culturais de que dispunha para superar as barreiras que a fixação na periferia impunha.

Entretanto, na perspectiva de Bourdieu (1989, 2008), o acesso desigual à escolarização é a dimensão menos relevante no processo da reprodução escolar, pois esta decorre essencialmente da reprodução de um arbitrário cultural a que os grupos sociais mais favorecidos se apropriam de forma mais vantajosa. Nessa perspectiva, a desigualdade que se manifesta na escola é uma mera reprodução do *habitus* incorporado no seio da família, sedimentado ao longo de várias gerações.

No caso cabo-verdiano, todavia, as desigualdades sociais entre os estudantes descendentes de médios e grandes comerciantes, proprietários de terra e funcionários intermédios e os originários dos estratos desfavorecidos (filhos de pedreiro, carpinteiro, doméstica, pescador, etc) não implicavam, necessariamente, uma enorme desigualdade em termos de repertório cultural. Parte importante dessas famílias mais favorecidas não procedia à reconversão do seu capital económico num activo cultural valorizado pela escola (hábitos de leitura no espaço doméstico, visitas a museus, centros de cultura especializada, etc), uma vez que esses recursos não abundavam no mercado cultural nacional e, outras vezes, nem sequer eram percebidos como necessários para a sua auto-afirmação.

Neste sentido, a relação com o saber – *le rapport au savoir* – (Charlot, 2005) não resulta de uma vivência cultural es-

pecífica anterior, mas adquirida na própria experiência que cada indivíduo estabelece no espaço escolar com novos colegas, professores e, em alguns casos, com os próprios funcionários. Eis por que uma proporção importante de estudantes de meios sociais desfavorecidos obtém sucesso escolar, malgrado as suas condições sociais adversas. O escopo desta investigação não aborda de forma sistematizada e aprofundada a experiência escolar dos estudantes a ponto de testar todo alcance dessa hipótese.

À luz do exposto, afigura-se-nos que a transposição do modelo explicativo bourdesiano a respeito do processo de reprodução social sem se acautelar qual é a natureza da desigualdade e da posição social que estão em causa na construção da trajetória escolar pode não ter um potencial explicativo que geralmente se supõe para explicar as desigualdades sociais no processo de escolarização na sociedade cabo-verdiana.

Referências

- ANJOS, J.C. 2002. *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 267 p.
- ALEXANDRE, V. 2008. *O Império Africano*. Lisboa, Edições Colibri, 195 p.
- ANDRADE, E. 1996. *As ilhas de Cabo Verde: da descoberta à independência (1460-1975)*. Paris, L'Harmattan, 343 p.
- BARROS, C. 2012. *Génese e formação da moderna elite político-administrativa cabo-verdiana*. Praia, Cabo Verde. Tese de doutoramento. Universidade de Cabo Verde e Universidade Católica de Louvain-la-Neuve, 403 p.
- BAUDELLOT, C.; ESTABLET, R. 1986. *La Escuela Capitalista*. México, Siglo Veintiuno Editora, 257 p.
- BOURDIEU, P. 2008. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp, 556 p.
- BOURDIEU, P. 2001. *Poder Simbólico*. Algés, Editora Difel, 310 p.
- BOURDIEU, P. 1989. *La Noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Les Éditions de Minuit, 569 p.
- BOURDIEU, P. 1994. *Raisons Pratiques*. Paris, Seuil, 251 p.
- BOURDIEU, P. 1980. *Question de Sociologie*. Paris, Édition des Minuit, 269 p.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. 1985. *Les Héritiers*. Paris, Édition de Minuit, 189 p.
- CABRAL, I. 2001. Política: ascensão e Queda de uma Elite Endógena. In: L. de ALBUQUERQUE; M.E.M. SANTOS (coord.), *História Geral de Cabo Verde*. Praia, Edição IICT e INIC, vol. I, p. 235-326
- CAMPENHOUDT, L. 2007. *Introduction à l'analyse des phénomènes sociaux*. Paris, Dunod, 258 p.
- CHARLE, C. 1987. *Les élites de la République: 1880-1900*. Paris, Edition Fayard, 615 p.
- CHARLOT, B. 2005. *Du Rapport au Savoir: éléments pour une théorie*. Paris, Economica, 110 p.
- CHARLOT, B. 2002. Les Jeunes et le savoir. *Perspectives internationales. Revue française de pédagogie*, 139(1):156-158. <http://dx.doi.org/10.3406/socco.1992.1083>
- CHARLOT, B. 1992. Rapport au savoir et rapport à l'école dans les collèges de banlieue. *Sociétés Contemporaines*, 11-12:119-147.
- CHEVALIER, J. 1997. L'Elite Politico-Administrative: une interpénétration discutée. In *Pouvoirs*, 80:89-100.
- CORREIA E SILVA, A. 2001. Nascimento do Leviatã Crioulo. *Kultura: Revista de Estudos Cabo-verdianos*, 1(ed. especial):27-37.

- COUTINHO, Â.S.B. 2004. *Parti Africaine Pour l'Indépendance de la Guinée et du cap Vert: des origines à la Scission: études des parcours individuels, de stratégies familiales et d'idéologies*. Paris, França. Tese de Doutorado. Université Paris I, 237 p.
- DUBAR, C. 2000. *La Socialisation*. Paris, Armand Colin, 255 p.
- DUBET, F. 1995. *Sociologie de l'expérience*, Paris, Seuil, 274 p.
- DURU-BELLAT, M.; VAN ZANTEN, A. 1999. *Sociologie de l'école*. Paris, Armand Colin, 252 p.
- FARMER, K.C. 1999. *The Soviet Elite*. New York, Praeger, 316 p.
- FURTADO, C. 1997. *Génese Reprodução da Classe Dirigente em Cabo Verde*. Praia, IC, 199 p.
- GENIEYS, W. 2008. *L'Elites des Politiques de l'Etat*. Paris, Editions Presses de Sciences Po., 274 p.
- LOPES, J. 1996. *Os Bastidores da Independência*. Praia, Instituto Camões, 700 p.
- PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M. 2002. A infância dos chefes. A socialização dos homens ricos na França. In: M. NOGUEIRA; A. ALMEIDA (org.), *A Escolarização das elites*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, p. 11-28.
- RELATÓRIO DO PLANO INTERCALAR DE FOMENTO PARA 1965-1967. 1965. Lisboa, Imprensa nacional, vol. II, 167 p.
- RELATÓRIO DO III PLANO DE FOMENTO PARA 1968-1973. 1967. Lisboa, Imprensa nacional, vol. III, tomo I, 215 p.
- SULEIMAN, E. 1979. *Les élites en France*. Paris, Editions du Seuil, 281 p.

Submetido: 11/03/2013

Aceito: 29/03/2013